

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.583 - PR (2019/0298808-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : GERSON LUIZ GALICIOELLI JUNIOR
ADVOGADO : GERSON LUIZ GALICIOELLI JUNIOR - PR062350
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : A S P (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de A. S. P. contra decisão que indeferiu a medida de urgência pleiteada em *writ* manejado perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0046667.62.2019.8.16.0000).

Consta dos autos que a paciente foi internada provisoriamente pela suposta prática do ato infracional análogo aos delitos previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 31/34).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte local, sendo que o Desembargador Relator indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 38/40).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/16), o impetrante sustenta que a paciente sofre flagrante constrangimento ilegal, sendo hipótese de superação do óbice da Súmula n. 691/STF. Afirmar que a internação provisória somente é cabível em situações excepcionais e que, na hipótese dos autos, mesmo no caso de procedência da representação, não seria cabível a internação definitiva, ante o não preenchimento de nenhum dos requisitos previstos no art. 122 do ECA. Assevera que a paciente é primária e o ato infracional a ela imputado não foi cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa. Aduz que a gravidade genérica dos atos infracionais análogos ao tráfico e à associação ao tráfico não pode embasar a internação, conforme o Enunciado da Súmula n. 492/STJ.

Ao final, formula pedido liminar para que a paciente aguarde

Superior Tribunal de Justiça

em liberdade o julgamento deste *writ* e, no mérito, pede a concessão da ordem para que a decisão que decretou a internação provisória seja cassada.

É o relatório. **Decido.**

É assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691/STF, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA IMPETRAÇÃO. ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU O PEDIDO DE LIMINAR. SÚMULA 691/STF. EXCEPCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Não se verifica hipótese excepcional, que se caracteriza pela flagrante ilegalidade, verificável de plano, idônea a possibilitar a superação do óbice contido no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal. 2. A decisão agravada não merece reparos, porquanto proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 309.271/SP, Rel. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO – Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, DJe 8/5/2015).

PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O art. 557, caput, do CPC, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Preliminar de desrespeito ao princípio da colegialidade rejeitada. 2. O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que denega liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal - o que não ocorre na hipótese tratada nos autos. Ademais, o presente HC foi formulado em patente descompasso com o sistema recursal vigente, notadamente o art. 16,

Superior Tribunal de Justiça

parágrafo único, da Lei n. 12.016/2009, segundo o qual "da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar caberá agravo ao órgão competente do tribunal que integre". 3. Esta Corte vem entendendo perfeitamente aplicável em casos tais o entendimento sumular antes referido, considerando a natureza precária do ato apontado como coator proferido em sede mandamental (STJ, 5ª Turma, AgRg no HC 290557/SP, rel. Min. Jorge Mussi, DJe 25/09/2014). 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 287.726/SE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, DJe 11/2/2015).

Assim, todas as questões suscitadas pela defesa da paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial deste *habeas corpus*.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator